

DECLARAÇÃO

1 – *Viriato Manuel Faria Carvalhosa*, possuidor do C.C. n.º 10858414 3ZY9, válido até 10/10/2018, residente no lugar de Figueirinha, freguesia de Vade (S. Pedro) 4980 - 777, concelho de Ponte da Barca, na qualidade de gerente da empresa **Capta Formas Lda.**, com identificação fiscal n.º 508 285 356 e sede no lugar de Tufe, freguesia de Castro, Ruivos e Grovelas, 4980 – 663 Ponte da Barca, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Reconstrução e adaptação de edifício na Rua Espírito Santo / Rua Carlos Cunha (Valeta) – Trabalhos de demolição e contenção periférica”**, declara, sob compromisso de honra, que no anexo I:

Na alínea f) do n.º 4 do anexo I:

Onde se lê:

Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

Deverá ler-se:

Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;

Na alínea g) do n.º 4 do anexo I:

Onde se lê:

Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

Deverá ler-se:

Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

Ruivos, 18 de março de 2015